



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Notas sobre o panorama filosófico e científico contemporâneo

I. Informações sobre vertentes e temas filosóficos contemporâneos

Estas informações foram produzidas com base no artigo *Le réveil de la philosophie*, elaborado por Jean-François Dortier e publicado na revista *Sciences Humaines (Hors-Série)*, nº 30, set/2000.

Tudo começa por um fenômeno de mídia: em 1991, Jostein Gaarder publica *O mundo de Sofia*, uma espécie de romance onde o autor apresenta os grandes clássicos da filosofia, de Sócrates a Sartre. O livro tem um sucesso internacional sem precedentes: milhões de exemplares vendidos no mundo inteiro. Em seguida, vê-se outros sinais. Um jovem filósofo francês, André Comte-Sponville, começa a publicar livros de sucesso e ganha grande audiência na TV. Seus temas prediletos: o sentido da vida, o amor, a moral. O fenômeno se amplifica e outros filósofos tornam-se “populares”: Michel Serres, Luc Ferry, Michel Onfray. Sentindo a onda que vem, várias revistas consagram cadernos especiais ao “retorno dos filósofos”, os programas de TV nessa direção se multiplicam, surgem na França os chamados “cafés filosóficos” onde se convidam autores para debater sobre bioética, solidariedade, responsabilidade científica. Afinal, o que tudo isso quer dizer?

Esse retorno da filosofia corresponde a uma nova demanda social. A denominada “nova filosofia” dos anos 70 se estabeleceu sobre o cenário da crise do marxismo e da crítica ao totalitarismo. Nos anos 80-90, a opinião, confrontada a novos fenômenos, é marcada pela ausência de referências face ao declínio do político, ao desabrochar do humanitário, à decodificação do genoma humano, aos problemas ambientais... Uma nova moral se impõe.

A moral e a ética

Essas questões encontram também uma boa acolhida nos meios universitários. Relegada à prateleira das velharias em desuso no período anterior à II Guerra, o tema da moral reaparece sob a denominação renovada da “ética”. A bioética, o “princípio da precaução”, os “comitês de ética”, a “responsabilidade”, estes termos surgem nos debates públicos e os filósofos são convocados a participar.

Eles não têm respostas simples a fornecer. A idéia kantiana de uma moral universal parece caduca. De Paul Ricoeur a Richard Rorty, os filósofos constatam que não se dispõe de critérios absolutos para julgar o Bem ou o Mal. A exigência de uma moral se impõe, mas ela não pode encontrar uma justificação absoluta. Face a essa crise dos fundamentos, ressalta-se a pluralidade das esferas de justiça (Michael Walzer), o princípio da vigilância, o princípio da responsabilidade (Hans Jonas).

O retorno da filosofia deve muito também ao que se chama de “busca do sentido”. O individualismo triunfante dos anos 80 cede seu espaço a um indivíduo em “busca de si”: incerto, indeterminado, desorientado. A crise do emprego, a desestabilização do casal e da família, o crescimento do tempo livre não são aspectos estranhos às seguintes questões existenciais: o quê fazer de sua vida? O quê é a felicidade? Tudo isso está em debate, a atração exercida pelo pensamento oriental é uma prova disso.

A filosofia acadêmica se integra também a esse movimento. Vê-se a reaparição dos temas humanistas que a onda “desconstrucionista” havia descartado: o sujeito, a felicidade, a moral, o outro. A filosofia política renova-se, também em função das transformações sociais tais como a queda da União Soviética e o declínio do marxismo, o movimento pelos direitos do homem, a expansão das democracias e das reivindicações das minorias culturais. É necessário repensar as condições da vida social: como articular justiça social com a liberdade? Como conciliar individualismo e ordem social? Como viver em conjunto numa sociedade multicultural?

Uma grande parte dessa reflexão vem da América do Norte. *A teoria da justiça*, de John Rawls agora é muito discutida. Publicado em 1971, esse livro tenta justificar a necessidade de uma redistribuição social no quadro de uma sociedade composta de indivíduos livres e racionais. Uma filosofia social-democrata, mas apoiada em argumentos puramente individualistas e liberais. Em reação, os “comunitaristas” (Charles Taylor, M. Walzer, Alasdair MacIntyre) acusam essa argumentação de conceber unicamente o indivíduo como ponto de partida e finalidade da sociedade. Segundo eles, o indivíduo é um nada sem uma comunidade de pertencimento.

A filosofia do espírito

Esta é também reativada através da expansão das ciências cognitivas. O desenvolvimento da inteligência artificial e a vitalidade das neurociências recolocam velhas questões sobre a natureza do pensamento: o que é a consciência? O pensamento é decifrável no cérebro? as máquinas pensam? Sobre estas questões o debate se acende entre aqueles que se dizem representantes de um materialismo radical (Patrícia e Paul Churchland, líderes da “neurofilosofia”) e os defensores do chamado “mentalismo” como Jerry Fodor, ou ainda os adeptos da “teoria emergente” do espírito como John Searle, Daniel Dennet, Hilary Putnam, Richard Rorty e outros fenomenólogos.

Deve-se registrar outro curioso fenômeno: o quebra-cabeça entre a filosofia anglosaxônica e a européia. Enquanto alguns autores franceses fazem uma bela carreira nos EUA (Jean-François Lyotard, Jacques Derrida, Michel Foucault... sob a etiqueta pós-moderna), a França descobre a importância da filosofia americana. No momento em que se canta em

prosa e verso a livre circulação de mercadorias e a OMC, as idéias se inserem também na era da globalização.

II. Considerações sobre a revalorização do sujeito/ator, da interação simbólica e da sociologia compreensiva/interpretativa

Estas “considerações” e as informações contidas nos itens seguintes, foram elaboradas pelo prof. Maurício Serva. Não foram, ainda, alvo de publicação científica mas constituem textos oficiais, formalmente reconhecidos como material didático da disciplina Epistemologia dos Estudos Organizacionais, no Curso de Doutorado em Administração da UFSC, assim, torna-se texto de autoria do referido professor, sendo a sua reprodução proibida sem a devida autorização.

Após algumas décadas de domínio das análises globalizantes nas ciências sociais, observa-se um retorno renovado das abordagens ressaltando a importância do indivíduo para a dinâmica social.

A teoria dos sistemas sociais desenvolvida nos anos 50 com grande ênfase, tendo forte adesão e expansão nos EUA, o marxismo e o movimento estruturalista francês formam a essência das análises globalizantes.

Participante ativo das reuniões interdisciplinares ocorridas nos EUA nos anos 40 e 50 que deram origem à cibernética e à teoria geral dos sistemas, Talcott Parsons tornou-se o maior expoente da abordagem dos sistemas sociais. Na sua trilha acadêmica agregaram-se muitos pesquisadores (Amitai Etzioni, Peter Blau, Robert Merton, etc.), notadamente nos EUA, inclusive fundando a corrente que ficou conhecida como sociologia das organizações. Tratava-se de analisar o social mediante adaptação do aparato sistêmico às relações sociais, combinando, em alguns casos, esse quadro teórico ao tipo ideal de burocracia e a teoria da autoridade ambos elaborados por Weber.

Por outro lado, na Europa e na América Latina a herança marxista continuou prevalecendo em diversos meios acadêmicos até os anos 80. Como é de conhecimento geral, o marxismo estabelece categorias de análise social fundadas em macrovariáveis, apontando muito mais para o todo do que para as partes, muito mais para as estruturas sociais do que para o indivíduo.

A partir do legado do funcionalismo antropológico, principalmente da última etapa da produção de Radcliffe-Brown quando se descortina o horizonte das estruturas mentais influenciando o simbolismo mítico e religioso, surge na França o movimento estruturalista impulsionado também pelo crescimento da psicanálise e a consideração da dimensão do inconsciente. Tendo como figura de proa Claude Lévi-Strauss e a participação ativa de intelectuais da estirpe de Jacques Lacan, Roland Barthes e Michel Foucault, a vaga estruturalista dominou o cenário da sociologia européia até o final dos anos 70. A estrutura, em todos os seus matizes e interpretações, torna-se a chave para decifrar o social, na qual o indivíduo praticamente “desaparece” enquanto portador de condições de possibilidade de

mudança social. Ao mesmo tempo, a *Escola dos Annales*, forte corrente de historiadores franceses, ditava as regras de um método de interpretação da história que erradicava o papel do ator com um sujeito com potencial de transformação da sociedade na sua trajetória no tempo.

A turbulência de maio de 68, aliada ao início da decadência do fordismo enquanto modelo geral de desenvolvimento sócio-econômico dos países industrializados, arrasta consigo a vaga estruturalista para a margem da ciência social. Em pouco tempo, as transformações bruscas que abalam a sociedade não podem mais ser explicadas pelo movimento. Nos anos 70, a crítica aos autores estruturalistas é tão forte que acaba por afastar vários deles de suas posições confortáveis ocupadas anteriormente no mundo acadêmico: Foucault inverte desesperadamente sua posição, passando a atacar o estruturalismo, Lévi-Strauss acusa seus aparentes seguidores de ter corrompido a essência de sua obra, Barthes sai dramaticamente de Paris, dentre outras consequências. Dentre esses autores, Lévi-Strauss é um dos poucos que resistiram incólumes.

A análise sistêmica, já muito atacada pelos intelectuais de esquerda em todo o mundo, sofre também sérios abalos com a decadência do fordismo e o consequente “antiamericanismo”.

Restava ainda o marxismo, o qual sofre pesados golpes a partir dos anos 80. A derrocada da União Soviética, a queda do muro de Berlim, as revoluções ocorridas nos países do Leste Europeu, a morte melancólica e a “confissão” patética de Althusser — um dos maiores exegetas de Marx — vieram se somar às denúncias feitas há décadas contra os totalitarismos soviético e chinês. Todos estes fatores provocaram um movimento geral de reexame profundo empreendido por centenas de intelectuais de orientação marxista, desembocando no redirecionamento de seus trabalhos e na busca de outras fontes de inspiração para sustentar a crítica ao *stablishment*.

Assim é que as ciências sociais dos últimos 30 anos fazem ressurgir, com mais força pois renovando e refinando suas análises, temas como a importância do ator/sujeito/indivíduo para a dinâmica social, a interação simbólica e consequentemente o ponto de vista da sociologia interpretativa.

Nos anos 70, Alain Tourraine notabiliza-se pela sua análise contundente do movimento estudantil de 68, inovando com o seu método de exame da dinâmica dos movimentos sociais que muitos denominaram *acionalismo*. Tratava-se de dar conta do sujeito em plena ação, modificando, participando ativamente da tentativa de reconstrução das relações sociais. *O retorno do ator* é o livro mais célebre do autor naquele momento, exercendo uma forte influência na produção geral das ciências sociais. Edgar Morin, por sua vez, expõe publicamente a sua obra capital, *O método*, em vários volumes, dando contornos ao paradigma da complexidade e impactando significativamente o mundo científico. Nessa obra, o papel do ator, do sujeito, é relevado ao ponto de exigir uma dialética ator-estrutura para melhor empreender a análise social. A querela ator x estrutura é então um dos temas de maior atenção nas ciências sociais. É no bojo desse movimento que Giddens propõe uma síntese entre os dois polos, elaborando o estudo que o notabilizou definitivamente como um dos maiores cientistas sociais do final do séc. XX: a teoria da estruturação. Mediante o emprego de um complexo raciocínio, Giddens põe em perspectiva um processo dialético

em que a estrutura condiciona o indivíduo, ao passo que este constitui essa estrutura, seja mantendo-a ou mesmo transformando-a; desta forma o autor pretende demonstrar o peso relativo dos dois pólos, elevando o ator ao nível da estrutura em termos da produção da realidade social.

O interacionismo simbólico ganha força sob diversos matizes e enriquecendo-se de várias fontes. É assim que o simbolismo e a questão dos sentidos da ação humana ganham uma importância destacada nas ciências sociais de nosso tempo. Autores do peso de Habermas e Castoriadis, por exemplo, engrossam a fileira dos intelectuais ex-marxistas descortinando novos horizontes para a análise crítica do social e para a tentativa de propor alternativas ao *establishment*. O primeiro publica em dois grossos volumes no ano de 1981 a *Teoria da ação comunicativa*, obra que o consagra como um dos maiores nomes das ciências sociais desde a sua fundação. Este livro marca a guinada de Habermas na direção do interacionismo simbólico, com ênfase na comunicação e no debate democrático-racional como propulsores da ação social libertadora dos condicionamentos impostos tanto pela força do sistema burocrático baseado na razão instrumental como pela força do dinheiro na sociedade moldada pelo capitalismo tardio. Já Castoriadis, empreende em 1975 uma das mais profundas e severas críticas ao marxismo enquanto teoria social, acompanhada da proposta de análise do imaginário social no seu célebre livro *A instituição imaginária da sociedade*. Este livro enseja a série denominada *Encruzilhadas do labirinto*, publicada em cinco volumes, na qual o autor expõe com grande profundidade a sua filosofia social, de cunho democrático destacando o conceito de autonomia social, o qual acaba por aproximar Castoriadis do paradigma da complexidade.

No campo da teoria das organizações, Alberto Guerreiro Ramos lança, em 1981 após 30 anos de pesquisas, as bases de uma *teoria substantiva da organização*, propondo uma *sociedade multicêntrica* na qual a racionalidade substantiva é reconhecida como tão válida como a racionalidade instrumental para a constituição de cenários sociais e de organizações produtivas. Apesar de falecer no ano seguinte ao lançamento desse livro, sua proposta foi marcante para a produção crítica no campo da teoria das organizações em vários países.

No bojo de toda essa ebulição, a obra de Max Weber ganha redobrada atenção. O interacionismo simbólico entrelaça-se muito bem com a intenção da sociologia interpretativa proposta por Weber: ambas as correntes tentam discernir e decodificar a configuração e/ou a transmissão de significados que dão sentido às ações humanas. A revisitação à obra de Weber provoca ou ao menos inspira o surgimento de diversas correntes na economia, na sociologia e na teoria das organizações. O *novo institucionalismo*, por exemplo, nas suas diversas versões dirigidas à economia, à teoria das organizações e principalmente à sociologia econômica (onde ele é mais forte) pode ser visto como um dos movimentos que se beneficiaram da revalorização da obra de Weber.

Doravante, creio que dificilmente o ator poderá ser expulso da cena que se desenrola no palco da análise social, o seu retorno é uma marca de um tempo em que uma sociedade reflete profundamente sobre si própria, utilizando diversas formas para expressar tal reflexão — sendo as ciências sociais uma delas — como fruto de uma crise que abala radicalmente seus alicerces.

III. Informações sobre a criação e o ressurgimento de campos interdisciplinares

O último quarto de século também é o período em que a interdisciplinaridade avança a passos largos nas ciências sociais. Parafraseando Boaventura Souza Santos, renomado sociólogo português, os temas fluem de várias fontes e direções, para se encontrar em galerias onde se juntarão para dar conta da realidade social.

A interdisciplinaridade abala fortemente o mundo científico, ou ainda o mundo social dos cientistas, até então severamente demarcados pelas fronteiras disciplinares. Estas, cristalizadas nos departamentos universitários, nos centros de pesquisa e na especialização mercadológica dos meios editoriais se vêem inesperadamente ameaçadas, ensejando também mudanças no sistema de posições do mundo científico e nos espaços ocupados pelos cientistas nesses sistemas.

Dentre os novos campos mistos que têm brotado, gostaria de chamar a atenção para a sociologia econômica, a geografia econômica, a psicossociologia e a socioantropologia. Não pretendo tecer longas considerações a tais campos, apenas registrar brevemente a sua criação ou o seu retorno renovado.

Para a teoria das organizações, talvez o ressurgimento da sociologia econômica provoque o maior impacto. A separação rígida entre a economia e a análise social é um empreendimento da abordagem neoclássica da economia. A análise baseada numa idéia de um indivíduo atomizado, alijado das influências sociais, das externalidades desemboca num modelo de comportamento econômico racional em que o indivíduo toma decisões utilitárias num mundo em que pesam apenas as variáveis de maximização no emprego de recursos escassos. Nesse contexto, a eleição do mercado como o modelo por excelência para análise econômica não só da sociedade atual, mas também de todas as sociedades do passado.

A quebra desse axioma corresponde à inserção definitiva da economia no social, ou como estabeleceu Karl Polanyi — um dos fundadores da *concepção substantiva da economia* — a percepção da economia como um processo institucionalizado. Considerando as obras de Marx, Durkheim e Weber, como exemplos de trabalhos na esfera da sociologia econômica, diversos autores em muitos países resgataram a obra de Polanyi e seu grupo (elaborada nos anos 40 na Columbia University) fundando o que se denomina hoje *nova sociologia econômica*. Esta constitui uma ilustração privilegiada do vigor que uma abordagem interdisciplinar pode conter. Explorando diversos fenômenos da realidade sócio-econômica do capitalismo tardio, a sociologia econômica é atualmente o campo mais frutuoso em termos de produção científica nas ciências sociais. Suas correntes vão desde a abordagem do peso das relações e instituições sociais nos fenômenos da economia de mercado — opção mais forte nos EUA, onde destacam-se autores como Mark Granovetter, Walter Powell e Paul DiMaggio) — até a análise da economia social e da economia solidária como cenários de uma economia plural que seria o espelho de uma sociedade democrática avançada, onde as fronteiras entre Estado, mercado e sociedade civil são marcadas tanto pela tensão política como pela parceria em projetos sócio-econômicos, ensejando mudanças institucionais decisivas para o futuro das sociedades ocidentais. Estas últimas vertentes são mais impulsionadas no continente europeu e já começam a irradiar suas bases na América

Latina. Nelas, autores como Jean-Louis Laville, Renaud Sainsaulieu, Amitai Etzioni (o qual fundou nos EUA a sócio-economia), Bernard Eme, José Campos Monzón, dentre outros aparecem com grande produção. O fundamento geral da nova sociologia econômica é aquele já lançado por Polanyi: não se pode analisar nenhum fenômeno sem inseri-lo adequadamente nos processos sociais que permitem a sua concretização. Assim é que vários estudos estão enriquecendo a teoria das organizações, elaborados por antropólogos (no bojo da nascente *antropologia das organizações*), sociólogos e também administradores, enquadrando a análise de organizações nos processos sociais, institucionais e culturais as permeiam.

A geografia econômica tem experimentado um grande desenvolvimento nos últimos vinte anos. O fenômeno da globalização acaba por exigir uma nova postura dos cientistas na produção deste campo. A nova geografia econômica, profundamente integrada à sociologia econômica, tenta ressaltar as imperfeições dos mercados, levando em conta as perturbações ligadas ao espaço. Examina também os novos modos de coordenação entre os atores, as convenções entre organizações, a questão da confiança, o estabelecimento de redes locais, a dialética local-global que marca a economia em tempo de globalização. Integrados aos autores da teoria da regulação (economia), pesquisadores como George Benko vêm dando um impulso renovador a esse campo interdisciplinar.

Por sua vez, a psicossociologia também vem experimentando uma significativa expansão de sua produção. Autores como Eugène Enriquez têm elaborado estudos contundentes sobre a condição humana no interior das organizações produtivas numa época em que a globalização e a flexibilização das relações de trabalho ocasionam uma precarização do trabalho sem precedentes. Alinhando conhecimentos da psicologia, no que tange às raízes dos comportamentos, atitudes, crenças e desejos humanos aos conhecimentos que analisam a construção, manutenção e declínio dos grupos, organizações e instituições, os pesquisadores da psicossociologia têm prestado uma contribuição para a compreensão do fenômeno organizacional nos nossos dias.

A socioantropologia é um dos mais recentes campos interdisciplinares das ciências sociais. Instaurado formalmente na França nos anos 80, esse campo ganha importância rapidamente na atualidade. Em verdade, a fronteira entre a sociologia e a antropologia foi por muitas vezes questionada, mas é no bojo das transformações sociais dos anos 80 e 90 que vários pesquisadores tentam reaproximar as duas ciências. Para Pierre Bouvier, um dos cientistas mais produtivos nesse campo, a socioantropologia responde à necessidade de construir uma dinâmica interdisciplinar que dê conta das mutações das sociedades contemporâneas. A partir do exame das duas disciplinas em termos de gênese, métodos, percursos, particularidades e também de pontos de convergência, tenta-se extrair noções e abordagens que permitam analisar profundamente temas como as relações entre o individual e o coletivo, sobre a comunidade e o comunitarismo, sobre o “viver juntos”, o que implica questionar e reinterpretar diversos contextos da modernidade: o mundo da arte, a exclusão social, a globalização e a diversidade cultural.

IV. O contexto social, político e econômico atual

Não quero aqui tecer comentários ou elaborar análises do contexto atual em suas dimensões social, política e econômica. Parto do pressuposto de que alunos de um mestrado ou doutorado em administração já têm, ou ao menos estão recebendo devidamente, um suficiente volume de informações que permite uma visão ampla desse contexto, bem como de suas consequências para a teoria das organizações.

Isto posto, gostaria apenas de lembrar que o contexto de crise do fordismo enquanto modelo amplo de desenvolvimento que se iniciou nos anos 70 e persiste até então, é o pano de fundo no qual se desenrola as transformações dos temas priorizados pela filosofia, pelas ciências sociais e também a criação e o ressurgimento de campos interdisciplinares aqui discutidos.

A crise causa sérios impactos no escopo da teoria das organizações e por consequência na epistemologia da administração; cabe a todos nós, em conjunto, debater sobre tais impactos.